



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social, geração e classes sociais

Sub-eixo: Envelhecimento

**SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO AO AGEÍSMO & RACISMO: O QUE NOS DIZEM
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EXPRESSA NOS ANAIS DOS ENPESS DA SEGUNDA
DÉCADA DO SÉCULO XXI?**

**JONORETE DE CARVALHO BENEDITO¹
SÁLVEA DE OLIVEIRA CAMPELO E PAIVA²
TEREZA CRISTINA SANTOS MARTINS³**

RESUMO

Neste escrito abordamos aspectos relacionados ao enfrentamento ao ageísmo e racismo na produção de conhecimento do Serviço Social. Trata-se de um estudo descritivo e analítico, tendo como fonte principal de consulta os artigos publicados nos Anais dos Enpess realizados na segunda década do século XXI e a tese de Benedito (2022). Os resultados indicam a tímida produção sobre o tema no material estudado. Pretende-se contribuir para a ampliação do debate e da produção de conhecimento sobre o enfrentamento ao ageísmo & racismo.

Palavras-chave: Ageísmo, Envelhecimento, Negros/as, Racismo e Serviço Social.

ABSTRACT

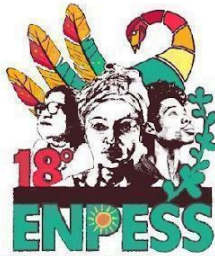
In this writing we address aspects related to confronting ageism racism in the production of knowledge in Social Work. This is descriptive and analytical study, having as its main source of consultation the articles published in the Annals of Enpesscarried out in the second decade of the 21st century and the thesis by Benedito (2022). The results indicate the timid production on the topic in the material studied. The aim is to contribute to expanding the debate and production of knowledge about combating ageism & racism.

Keywords: Ageism, Aging, Black people, Racism and SocialWork

¹ Universidade de Pernambuco

² Universidade de Pernambuco

³ Universidade Federal de Sergipe



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INTRODUÇÃO

O envelhecimento das populações em escala quase mundial pode ser considerado uma das maiores conquistas sociais do século XX. Mas essa almejada longevidade continua interdita a diversas populações, porquanto, em pleno século XXI, as desiguais condições de vida, de saúde e de trabalho impossibilitarão a vários segmentos a vivência dessa possível realização.

Neste artigo, em conformidade com o que estabelece a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), envelhecer é um direito personalíssimo, e a sua proteção, um direito social. Todavia, ao nos reportarmos a homens negros e mulheres negras, precisamos considerar que, para essa parcela da população, chegar à velhice é quase um privilégio, quando consultados os indicadores dos/as que chegam aos sessenta anos de idade.

Para endossar essa nossa argumentação, estudos realizados por órgãos governamentais, não governamentais e pesquisadores/as de maneira geral não deixam dúvidas a respeito de que a velhice de negros/as no Brasil é permeada por desigualdades impostas pelo racismo⁴, desde o período da gestação⁵, acumulando-se no transcorrer da vida, da infância até a velhice.

Sobre essa situação, eis o que nos diz Fernandes (2023):

A partir da questão racial, vemos que a população idosa e negra apresenta baixa escolaridade, menores salários e altos índices de mortalidade. Os indicadores sociais mostram a incidência de insegurança alimentar, trabalho precário, mobilidade limitada, comprometimento da saúde mental e acesso reduzido a serviços culturais. As desigualdades raciais se iniciam na infância, acumulam-se ao longo de toda a vida e, ao chegar à velhice, assumem formas específicas e singulares de vulnerabilidade.

Tais afirmações permitem compreender, por exemplo, por que a população geral brasileira, constituída majoritariamente (56%) por pessoas pretas e pardas (negras), apresenta uma redução (48%) de negras/os nos indicadores de população idosa (pessoas com sessenta anos ou mais) (IBGE, 2023). Mesmo sendo dados da aparência de um fenômeno, eles nos

⁴ De acordo com Almeida (2019, p. 22) racismo é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertencam”.

⁵ Os índices de cuidados pré-natais adequados são significativamente mais baixos entre as mulheres negras, como revelado na Pesquisa Nascer no Brasil II: Inquérito Nacional sobre Aborto, Parto e Nascimento, realizada pelo Ministério da Saúde em colaboração com a Fiocruz. Segundo o levantamento, 13,4% das mulheres pretas e pardas iniciaram o pré-natal no segundo trimestre da gravidez, considerado tardio. Em contraste, o percentual entre as mulheres brancas foi de 9,1%” (FEBRASGO, 2024).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ajudam a refletir sobre o que está por trás da afirmativa de que o “Brasil é negro, mas o envelhecimento é branco”.

Feitas essas breves provocações que nos levam a compreender que a “velhice é uma produção social⁶” (Campelo e Paiva, 2014), empenhadas “[...] na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 2012) – um dos princípios do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social –, propomos neste escrito “identificar aspectos relacionados ao enfrentamento ao racismo e ao ageísmo⁷ na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro, com base nos artigos publicados nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores e Pesquisadora em Serviço Social (Enpess), realizados na segunda década do século XXI”.

Trata-se de um estudo descritivo e analítico, tendo como fonte principal de consulta, para além dos Anais dos Enpess, a tese de doutoramento de Benedito (2022). Vislumbramos, com a apresentação das nossas reflexões, contribuir para a ampliação do debate e da produção de conhecimento sobre o enfrentamento ao ageísmo e ao racismo.

O texto está formatado a partir desta introdução, seguida de duas seções principais e das considerações finais. Na primeira seção, revisitamos a história para demonstrar como a atual situação dos velhos trabalhadores negros e das velhas trabalhadoras negras tem raízes no período escravagista. Na segunda seção, abordamos a análise realizada a partir do conteúdo expresso nos trabalhos aprovados e expostos nos anais dos Enpess de 2012 a 2018. E, por fim, tecemos nossas considerações finais.

2 LEGADO DA ESCRAVIDÃO PARA OS TRABALHADORES NEGROS E TRABALHADORAS NEGRAS: breves anotações

⁶ Um dos pressupostos da Gerontologia Social Crítica abordados nos estudos da assistente social Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva (2014), para quem a ideia de propor a Gerontologia Social Crítica a nortear os estudos sobre o envelhecimento humano surgiu da necessidade de dialogar, primeiramente, com assistentes sociais e, de maneira ampliada, com outras categorias de trabalhadores/as, principalmente da saúde coletiva, a respeito do enfrentamento aos pressupostos positivistas da Gerontologia Tradicional, consiste numa proposta que reivindica os estudos sobre o processo de envelhecimento e velhice na perspectiva da totalidade social.

⁷ O termo ageísmo alude, segundo a Organização Mundial de Saúde (2021, p. 19), “aos estereótipos, preconceitos e discriminação direcionados aos outros ou a si mesmo com base na idade” e tem por fundamentação os seguintes aspectos: “atitudes preconceituosas em relação às pessoas idosas, à velhice e ao processo do envelhecimento; práticas sociais discriminativas contra os idosos e práticas/políticas institucionais que perpetuam os estereótipos contra os mais velhos” (SILVA et al., 2021, p. 3). Goldani (2010) considera o ageísmo a rejeição mais cruel, a compor, juntamente com o racismo e o sexismo, um tripé de grandes ‘ismos’ de extrema nocividade e que causa impactos na autoestima, na construção de identidade.

Não há como entendermos o nosso presente se não conhecermos o nosso passado. Para reconstruir fatos descortinando os marcos oficiais, é preciso revisitar a história e fazer um resgate de quem são os/as verdadeiros/as construtores/as deste país. Conforme observa Moura (2020), trata-se de uma tarefa de difícil realização.

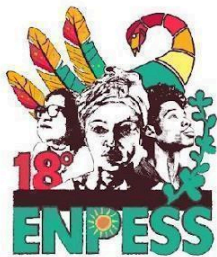
Para estudar o processo de envelhecimento e velhices de trabalhadores/as negros/as, é preciso lembrar que o país teve como lastro para o seu desenvolvimento econômico a exploração da força de trabalho de pessoas negras escravizadas, sejam aquelas arrancadas de África, sejam as nascidas em território brasileiro. Pessoas negras que, durante quase quatro séculos, viveram em condições sub-humanas, com alimentação de má qualidade, ainda assim, racionada, sofrendo todas as espécies de humilhações, castigos e sofrimentos.

Também convém destacar a luta e a resistência dos/as escravizados/as, desde o seu sequestro em África e durante a sua vida no Brasil. Para tanto, muitas foram as estratégias dessa resistência: do aborto realizado pelas mulheres escravizadas para que seus/suas filhos/as não tivessem uma vida de sofrimentos, aos suicídios que punham fim a uma vida marcada por torturas e castigos; de sabotagem aos instrumentos necessários para a realização do trabalho, até simular doenças, praticar a automutilação, desobedecer aos senhores e aos feitores e fugir, sozinho ou coletivamente.

Oficialmente, é sabido que a Lei Áurea, instituída em maio de 1888, colocando um fim à escravidão, é composta por apenas dois breves artigos: o primeiro declarava extinta a escravidão no Brasil; o segundo revogava as disposições em contrário, sem prever iniciativas que propiciassem a inclusão dos/as libertos/as. Escrito de outra forma, o Brasil, ao decretar a extinção da escravidão, o fez sem nenhuma estratégia que possibilitasse a integração desse/a negro/a, agora liberto/a, às novas regras de uma sociedade fundamentada no trabalho livre e assalariado.

A respeito dessa condição para a abolição da escravatura no país, leiamos o que informa Fernandes (2008, p. 4):

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse contexto, sem medidas de reforma agrária, sem acesso à educação, sem ter para onde ir e o que comer, muito menos em/no que trabalhar⁸, os/as ex-escravizados/as passaram a compor o exército industrial de reserva. Situação essa que, de acordo com Freitas (2015, p. 75), fez com que os/as recentes trabalhadores/as livres mantivessem as ocupações que exerciam antes, realizando suas atividades em troca de comida ou moradia, ou então recebendo salários ínfimos, “mantendo as mesmas dinâmicas dos últimos anos de escravidão oficial”.

Essa herança proveniente dos 354 anos de escravidão no Brasil é uma das vias pelas quais se compreende a atual situação de trabalhadores negros e trabalhadoras negras. As estatísticas provenientes de estudos de vários órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), entre outros, demonstram a situação desigual vivenciada por trabalhadores/as negros/as. De acordo com o IBGE (2024), o analfabetismo atinge 7,1% da população negra, mais do que dobro das pessoas brancas, que chegam a 3,2%. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) divulgou que 82,7% das vítimas de mortes provenientes de intervenções policiais eram de pessoas negras.

O Dieese, no ano de 2023, publicizou os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar as dificuldades da população negra no mercado de trabalho, merecendo destaque: as pessoas negras equivalem a 56,1% da população em idade de trabalhar, entretanto, correspondem a mais da metade dos desocupados, o equivalente a 65,1% *versus* 6,3% de não negros/as. Se considerarmos a ocupação dos cargos de direção e gerência, os dados revelam que apenas um em cada 48 trabalhadores/as negros/as ocupa tais funções, enquanto entre os homens e mulheres não negros/as, a proporção é de um para 18 trabalhadores/as; 46% dos/as negros/as realizavam trabalhos sem nenhuma proteção, enquanto 34% dos/as não negros/as vivenciavam essa mesma situação. Ainda de acordo com esse estudo, uma em cada seis mulheres negras trabalham como empregada doméstica.

Ora, se é o trabalho formal que permite que os/as trabalhadores/as tenham acesso aos direitos de proteção social, como, por exemplo, aposentadoria, salário mínimo, acesso ao auxílio-doença, entre outros, entende-se por que, de acordo com a publicação do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), denominada de O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (Ipea, 2015), a população negra lidera o grupo de beneficiários dos programas

⁸ Os compositores, cantores e ativistas das questões étnico-raciais Lazzo Matumbi e Jorge Portugal (2019) trazem a seguinte reflexão em forma de poema: “No dia 14 de maio, eu saí por aí/ Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir/ Levando a senzala na alma, eu subi a favela/ Pensando em um dia descer, mas eu nunca descí/ Zanzei zonzão em todas as zonas da grande agonia/ Um dia com fome, no outro sem o que comer/ Sem nome, sem identidade, sem fotografia/ O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

socioassistenciais, uma vez que essa é uma política não contributiva e de quem dela necessita.⁹

Tais indicadores nos dizem de uma sociedade na qual negros e negras em idade adulta encontram-se desprotegidos/as dos direitos sociais e de trabalho, demandando das gerações mais velhas essa proteção, fazendo com que velhos e velhas, mesmo nessa fase da vida, continuem na “obrigatoriedade” de se manter em atividades laborais, sendo o arrimo de sua família e acolhendo seus/suas componentes de todas as fases da vida, como podemos comprovar com os dados disponibilizados pelo Dieese (2021): 18,5% da população velha exercem atividades laborais; 85% moram na companhia de outras pessoas. O percentual de velhos que contribuem com 50% ou mais da renda familiar corresponde a 75%; os que estão em domicílios que receberam auxílio emergencial, 26%; já 58% dos velhos brasileiros apresentam comorbidades (Dieese, 2021).

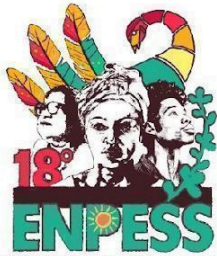
Segundo Menezes (2018, p. 1), o “Relatório Anual das Desigualdades Sociais”, elaborado pelo Núcleo de Estudos de População, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), publicado em 2011, mostrou que a expectativa de vida entre negros/as no Brasil é de 67 anos. Já as pessoas brancas vivem em média 73 anos. A população negra vive menos em decorrência das péssimas condições de vida e de trabalho ao longo da existência. Assim, conforme Campelo e Paiva (2014, p. 30), a velhice para muitos(as), ao invés de ser uma fase da vida marcada pelo “descanso do trabalho protegida pela família, pelas políticas sociais e acolhida pela sociedade, é a evidência do coroamento da decrepitude, do abandono e da negação de qualquer indício do coroamento da realização da emancipação humana”.

3 ENVELHECIMENTO E RACISMO: a produção de conhecimento do Serviço Social dos Enpess da segunda década do século XXI

Os Encontros Nacionais de Pesquisadores e Pesquisadoras em Serviço Social (Enpess), realizados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), ocorrem a cada dois anos. Tais encontros vêm se consolidando como um espaço para a divulgação de pesquisas realizadas tanto pelos/as profissionais e discentes integrantes da academia, como por profissionais inseridos/as nos mais variados espaços sócio ocupacionais, enxergando no âmbito de seu processo de trabalho um lócus privilegiado para a realização de pesquisas que desvelem o seu cotidiano.

Isso demonstra que a atividade investigativa é uma dimensão constitutiva da ação

⁹ Assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (Brasil, 1993).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

profissional necessária para o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019, p. 16).

Em seu formato mais geral, os Enpess são compostos por conferências, mesas redondas, colóquios, mesas temáticas¹⁰, palestras e apresentação de trabalhos nas modalidades apresentação oral e pôster, divididos por Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), os quais, segundo destaca Mauriel (2017, p. 263),

[...] foram criados em 2010¹¹ no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro, com o intuito de servirem de base para a criação de redes de pesquisadores e interlocuções entre pesquisas, no sentido de se tornarem um espaço estratégico de resistência ao produtivismo, ao isolamento entre os pesquisadores e à precarização da formação seja na graduação e na pós graduação, pela via do fortalecimento da pesquisa e da produção de conhecimento na área de Serviço Social. Várias ações vêm sendo realizadas desde então pelas comissões coordenadoras dos sete GTPs [desde 2016, são oito GTPs] para implementar essa iniciativa nas consecutivas gestões da ABEPSS. (Acréscimos e supressões nossas).

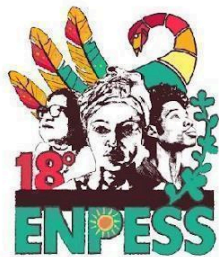
Cabe anotar neste escrito que, no XV Enpess, houve a criação de um novo Grupo Temático, o GTP Serviço Social, Geração e Classes Sociais¹², como consequência do desmembramento da temática de geração do GTP Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Quanto a esse GTP, com base nas informações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2015), contidas no documento “Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil”, destacamos que alguns Grupos Temáticos de Pesquisa avançaram na sua consolidação, enquanto outros ainda têm um longo caminho a seguir. Informa ainda o referido documento que as últimas edições dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social foram organizadas tendo por norte a nova formação e a articulação dos GTPs¹³.

¹⁰ As Mesas Temáticas começaram a fazer parte da programação do evento a partir do XV Enpess, realizado na cidade de Ribeirão Preto/SP, no ano de 2016. Seu objetivo é aprofundar a discussão de temas relevantes do eixo temático do GTP.

¹¹ No desenvolvimento do artigo, ao abordar o nascimento dos GTPs, Mauriel (2017, p. 623-264) explica que a criação dos GTPs ocorreu em 2008, com a inclusão de um artigo no Estatuto da ABEPSS relacionado à criação de grupos temáticos na área de Serviço Social. Contudo, “a implantação dos GTPs ganhou seu primeiro passo concreto a partir do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess), de 2010, realizado no Rio de Janeiro, quando ocorreram os colóquios por área temática”.

¹² De acordo com o disposto no sítio eletrônico da Abepss (s.d., s.p.), a ementa deste GTP é “o debate geracional no mundo contemporâneo. Os processos que envolvem infância, juventude e velhice enquanto construções sociais, históricas e culturais, bem como expressões da questão social. Indicadores socioeconômicos, proteção social e protagonismo político. As demandas pela reconfiguração do espaço urbano e de equipamentos sociais. O trabalho do assistente social junto à infância, juventude e velhice”.

¹³ Sobre esse aspecto, diz Mauriel (2017, p. 269): “No [...] ENPESS, realizado [...] em Ribeirão Preto, além da ampliação da participação dos GTPs na fase de organização geral do evento (desde a discussão das inscrições e ênfases dos trabalhos até a dinâmica de avaliação dos trabalhos, escolha de pareceristas, assessores temáticos; elaboração de carta aos pareceristas e assessores/as; apoio na organização das sessões temáticas), as comissões coordenadoras estiveram envolvidas em todo o processo de concepção do evento, especialmente participando como representantas da comissão científica. Durante o evento, tiveram seus espaços ampliados com a generalização das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para dar conta do objetivo deste escrito, destacamos a realização de dois Enpess, quais sejam, o XV e o XVI. Esta escolha se dá pelo fato de que ambos inauguraram mesas temáticas com ênfase nas questões que dizem respeito a esta pesquisa: racismo (XV) e envelhecimento (XVI).

O XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social aconteceu na cidade de Ribeirão Preto/SP, no período de 4 a 9 de dezembro de 2016, e discutiu

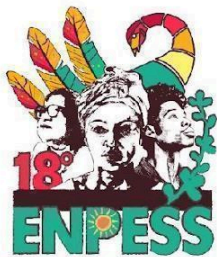
o conjunto de determinações que perpassam o processo de formação profissional ante o processo de mercantilização do ensino superior brasileiro e os desafios para a reafirmação dos princípios e valores do Projeto Ético-Político Profissional. A partir das Diretrizes curriculares de 1996, do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão, foi discutido o protagonismo da organização da categoria que construiu um legado crítico para a formação, a pesquisa e para o trabalho profissional, com ênfase para os setenta anos da ABEPSS e oitenta do Serviço Social brasileiro. (ABEPSS, 2016, s.p.).

Na manhã do dia 8 de dezembro de 2016, houve a mesa temática intitulada **Relações étnico-raciais e de gênero, fundamentos sócio-históricos e trabalho no Brasil: desafios ao projeto ético-político do Serviço Social na ordem do capitalista**, composta pelas pesquisadoras Magali da Silva Almeida, Tereza Cristina Santos Martins, Jussara Francisca de Assis, Ana Paula Procópio da Silva, Marcia Campos Eurico e Sandra Regina de Souza Marcelino. Essa mesa foi apresentada no eixo Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade, com ênfase no subitem Relações étnico-raciais e desigualdades (ABEPSS, 2016).

Ainda no mesmo dia foi apresentada a mesa temática intitulada **Trabalho e famílias: configurações e tensões em contexto de desigualdades**, composta pelas pesquisadoras Andréa de Sousa Gama, Magali da Silva Almeida, Carla Cristina Lima de Almeida, Liliane Moser e Rita de Cássia Santos Freitas, que apresentou, nessa modalidade, o artigo **Mudanças na Família e Proteção Social: idosos sozinhos nos cuidados de saúde**, com autoria de Carla Cristina Lima de Almeida. Infelizmente, os anais analisados não trouxeram a informação do eixo ao qual a mesa pertencia.

O XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social ocorreu na cidade de

Mesas Temáticas de cada GTP (o que já havia sido testado no ENPESS anterior, realizado em Natal, com o GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social). Até o XIV ENPESS, em Natal, os GTPs realizavam apenas os Colóquios, nos quais dividiam o tempo de realização para a discussão de temas relevantes do seu respectivo eixo temático diante da conjuntura. A partir do XV ENPESS, além dos Colóquios dos GTPs, foram incluídas as Mesas Temáticas, cujo objetivo é justamente poder aprofundar a discussão de temas relevantes do eixo temático do GTP".



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Vitória/ES, no período de 2 a 7 de dezembro de 2018. Teve como um dos objetivos, como consta em sua apresentação, em acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2016, p. 3), “apontar as formas de resistência e estratégias de enfrentamento diante dos desafios que se põem para a reafirmação dos princípios e valores que orientam a formação e o trabalho profissional, a pesquisa e a produção do conhecimento na área”.

Sua grande novidade, pelo menos no que diz respeito aos objetivos deste escrito, foi a realização de uma mesa temática versando sobre o envelhecimento no recém-criado GTP Serviço Social, Geração e Classes Sociais, intitulada **Envelhecimento, Trabalho e Políticas Sociais em Tempos de Contrarreforma**, coordenada pela assistente social, professora Dra. Solange Maria Teixeira, e composta por trabalhos produzidos pelas seguintes pesquisadoras: Solange Maria Teixeira, Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, Maria Irene Lopes Bogalho de Carvalho, Nanci Soares e Jonorete de Carvalho Benedito.

Dadas as informações iniciais para a compreensão sobre os Enpess, no próximo item exporemos brevemente os resultados obtidos na análise dos anais com os trabalhos aprovados nos Encontros realizados nos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018.

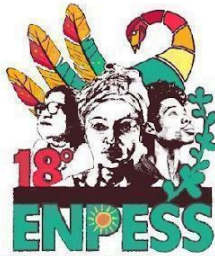
3.1 Resultados da pesquisa realizada nos anais dos Enpess ocorridos em 2012, 2014, 2016 e 2018

Introduzimos este item informando que foram realizados quatro Enpess na segunda década do século XXI¹⁴: (i) XIII Enpess, no ano de 2012, na cidade de Juiz de Fora/MG; (ii) ¹¹XIV Enpess, no ano de 2014, em Natal/RN; (iii) XV ENPESS, em 2016, em Ribeirão Preto/SP; e o (iv) XVI Enpess, em 2018, em Vitória/ES.

De acordo com os arquivos encontrados nos anais dos quatro Enpess, não houve como precisar o número de trabalhos aprovados, uma vez que essa informação não consta dos anais pesquisados. Contudo, ao levarmos em consideração os trabalhos que versavam sobre envelhecimento e/ou racismo, identificamos 115 trabalhos. Em termos percentuais, entre os 115 artigos, Benedito (2022) encontrou o seguinte: XIII Enpess, 22 (19,13%); XIV, 32 (27,83%); XV, 31 (26,96%); e XVI, 30 (26,08%).

A denominação idoso/a foi a mais utilizada (43 vezes, 33%), seguida das seguintes nomenclaturas: pessoa idosa (oito, 6%), terceira idade (seis, 4%), população idosa (duas, 1%) e

¹⁴ Respeitando a periodicidade de realização do Enpess, o XVII deveria ter acontecido no ano de 2020, contudo, com a pandemia da Covid-19, isso não foi possível.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

velho/a (duas, 1%). Foram encontradas, ainda, duas denominações: envelhecimento (54 vezes, 41%) e velhice (18 vezes, 14%), utilizadas para se referir ao processo de envelhecimento (Bendito. 2022).

Numa sociedade na qual pessoas velhas são cotidianamente desvalorizadas, ressalta Campelo e Paiva (2014, p. 126), “é possível afirmar que há um ‘expresso’ pudor relacionado ao uso da palavra ‘velho/a’”. No cenário de pseudovalorização dessa parcela da população é que, de acordo com Benedito (2017), surgem novos vocábulos para denominar os velhos: terceira idade, melhor idade, feliz idade, idade de ouro. A ideia a ser repassada é que, nesse caso, a valorização vem com a semântica: muda-se o vocábulo, muda-se a situação do velho – o que é uma inverdade.

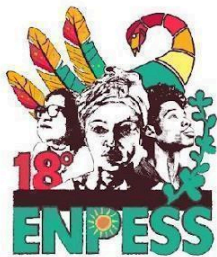
Pensamos que essas “novas terminologias atendem a uma característica intrínseca à sociedade burguesa: a transformação de tudo em mercadoria” (BENEDITO, 2017, p. 122). A respeito desse assunto, a assistente social e pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco do Estado de Pernambuco, Isolda Belo (2020), ao prefaciar a obra “Serviço social e gerontologia: a proteção da pessoa idosa em tempos de pandemia”, alerta que os

argumentos que a [velhice} defendem como a melhor, ou a pior idade, revelam apenas tentativas (em geral, exitosas) de enquadrar essa fase da vida em um padrão de comportamento considerado correto para suprir as necessidades do sistema dominante. Seus matizes, heterogeneidades, diversidades, dores e alegrias específicas são tratados como um bloco desvinculado de todo o contexto macroeconômico.
[...]

Assim é que vemos a negação da velhice por meio de discursos como o da Melhor Idade ou da manutenção do “espírito jovem”, assimiladas pelas pessoas idosas, contribuindo para a individualização e a culpabilização de suas vulnerabilidades e/ou perdas econômicas, sociais e culturais. (Belo, 2020, p. 4).

Em consonância com a análise desses artigos publicados nos anais dos Enpess pesquisados, no que diz respeito à terminologia utilizada para designar pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos pela sociedade e pelos profissionais que atuam com esse público, ainda há um longo caminho a percorrer para se quebrar a barreira do preconceito e estar mais próximo da aceitação não só do termo velhice, mas de todo o processo de envelhecimento.

Na consulta aos anais dos Enpess realizados na segunda década do século XXI, observamos que há, excetuando-se o XIII (22 trabalhos), uma quantidade semelhante de trabalhos nos quais as questões referentes ao envelhecimento são pautadas, variando entre trinta e 32 artigos. No que concerne às unidades da federação, conforme informa Benedito (2022), os estados de Rio de Janeiro e São Paulo estão na liderança, com 15 (13%) e 13 (11%)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

artigos respectivamente, seguidos por Pernambuco, com seis (5%). Cinco trabalhos (4%) são oriundos de Minas Gerais; Amazonas, Pará e Paraíba enviaram quatro trabalhos (3%) cada um. Três artigos (3%) foi o total enviado por Piauí e por Alagoas. Bahia, Mato Grosso e Rio Grande do Sul tiveram, cada um, duas (2%) aprovações. Já os estados do Espírito Santo, Maranhão, Rio Grande do Norte e Santa Catarina foram representados por um trabalho (1%) de cada um. O número de trabalhos que não tiveram sua origem identificada foi 48 (48,42%).

Após a consulta aos artigos, ficou evidente que as cinco regiões brasileiras foram representadas nos Enpess realizados na segunda década do século XXI. Ao término da lapidação dos artigos que tinham em seu cerne o tema sobre questões étnico/raciais, Benedito (2022) encontrou o seguinte resultado por região: a região Sudeste apresentou 34 trabalhos, o que corresponde a 37%, seguida pela região Nordeste, com vinte, um percentual de 18%; a região Norte teve um percentual de 8%, o equivalente a sete: a região Sul, três trabalhos (2%), e a região Centro-Oeste, um trabalho (1%). Não foi possível identificar a região de origem de 42% dos trabalhos.

O fato de o maior percentual de trabalhos versando sobre questões étnico-raciais e velhice ou envelhecimento verificar-se nas regiões Nordeste e Sudeste pode ser um reflexo do quantitativo de cursos de pós-graduação em Serviço Social que se concentram nessas regiões. No Documento da Área (que trata do Serviço Social) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 2019), dos 36 programas existentes no ano de 2018, 24 (66,7%) estão instalados nessas duas regiões (12 em cada uma). Se o ano a ser considerado for o de 2017, quando existiam no país 34 cursos de pós-graduação em Serviço Social, o percentual passa a ser de 69,7%.

A análise realizada por Benedito (2022) demonstrou que Gerações foi a ênfase que mais recebeu trabalhos: um total de 29 (25,22%). A segunda ênfase ficou com envelhecimento, perfazendo um total 17 trabalhos (14,79%); em seguida veio trabalho profissional, quatro (3,48%) trabalhos; e Gestão, com três trabalhos (2,61%). Crise, Trabalho e Tendências Contemporâneas das Políticas Sociais no Capitalismo, Desafios e Seguridade Social no Brasil, Direitos Humanos, Relações Sociais de Raça/Etnia, Seguridade Social no Brasil, Sexualidades, identidades de gênero e direitos constaram cada um com dois trabalhos (2,3%).

Quanto a Controle Social, Educação, Feminismos, Lutas Sociais, Direitos e Controle Democrático nas Políticas Sociais, Política Social e Serviço Social, Política de Educação, Questão Agrária, Questão Social e Serviço Social, Relações Sociais de Gênero/Sexo,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sexualidades, Trabalho, Trabalho e Serviço Social – um trabalho (1,15%) para cada um. Ênfases não definidas, intituladas como outras, três trabalhos (3,48%). Já 25 trabalhos (21%) não expuseram essa informação.

Constatamos que os trabalhos que envolvem os assuntos pertinentes ao envelhecimento são submetidos, em sua maior parte, às ênfases que tratam em especial do tema, entretanto observamos a transversalidade do estudo do processo de envelhecimento, pois encontramos trabalhos nas mais diversas áreas, com reflexões sobre o trabalho profissional perpassando pelas mais diversas políticas sociais.

Merece destaque o fato de que, dos 115 trabalhos, apenas quatro realizaram a discussão do processo de envelhecimento concomitantemente às reflexões étnico-raciais. Dos quatro textos, três referem-se a aspectos que dizem respeito aos habitantes de comunidades remanescentes de quilombos, os quilombolas, mais especificamente sobre acesso a direitos e sobre a preservação da identidade étnico-racial através da preservação da memória. Apenas um reflete sobre a necessidade de discutir a interseccionalidade entre envelhecimento, gênero e raça. Portanto, podemos concluir que a velhice de negros e negras, aqui, em especial, aos não quilombolas, ainda é um processo invisibilizado e que veio à tona somente para lembrar a importância desse grupo para a preservação da identidade e da memória do território e da cultura. Somente a autoria de um texto usou como referência bibliográfica autoras que consideramos clássicos nos estudos do envelhecimento numa perspectiva de totalidade social, a saber: Simone de Beauvoir e Solange Maria Teixeira.

Em síntese, na contramão dos resultados obtidos na análise dos artigos aprovados nos XIII, XIV, XV e XVI Encontros Nacionais de Pesquisadores e Pesquisadoras em Serviço Social, pensamos ser o 18º Enpess, com a definição do tema **Relações de classe e raça etnia no Brasil: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social**, um lócus privilegiado para que, sobretudo a categoria dos/das assistentes sociais, possa refletir e expor resultados de pesquisas acadêmicas, como também a sistematização do trabalho profissional, relatos de experiência e reflexões teóricas sobre as várias velhices numa perspectiva para além do aparente.

4 ENFRENTAMENTO DO AGEÍSMO E DO RACISMO: considerações finais

A análise dos anais dos Enpess realizados de 2012 a 2018 mostra a tímida/escassa produção de conhecimento voltada aos estudos da “velhice como uma produção social”,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

condicionada pela inserção de indivíduos e populações numa estrutura de classes sociais, de gênero e de raça. A maioria dos trabalhos apresentados cai nas armadilhas das análises que compreendem a velhice pela via da pseudovalorização dos velhos e das velhas, sem levar em conta que o envelhecer é marcado pelas condições objetivas e subjetivas, pela trajetória de vida e pelas condições de existência historicamente situadas.

Para pensar o envelhecimento no Brasil, é necessário partir das condições de produção e reprodução em uma sociedade que é fundada pela colonização, por quase quatro séculos de escravidão, por uma abolição inacabada e por um capitalismo que se constitui a partir de relações racistas. Estes aspectos estruturais marcam a vida de toda a classe trabalhadora, mas, fundamentalmente, a vida da parcela negra dessa classe. Parcela que é a principal usuária dos serviços socioassistenciais nos quais o Serviço Social desenvolve as suas atividades profissionais.

Enfrentar o ageísmo e o racismo numa profissão cujo “projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (Netto, 2006, p. 155), passa necessariamente pela compreensão de que, embora trabalhadoras e trabalhadores negros/os façam parte da classe trabalhadora e suas velhices sejam marcadas pela exploração do trabalho, o racismo estrutural determinou, no mercado de trabalho, o seu lugar nas ocupações irregulares, na informalidade e nas relações de trabalho mais precárias; e que suas condições de trabalho e de vida são diferenciadas e estão abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora (Martins, 2021). Estas determinações do racismo são fundamentais para as análises que não se limita a tratar das repercussões da exploração sobre a classe trabalhadora, mesmo porque, no Brasil, essa classe foi formada a partir de relações sociais estruturadas no racismo.

O enfrentamento do ageísmo e do racismo requer uma pesquisa profissional conectada com a realidade social na qual o Serviço Social brasileiro encontra-se inserido. Os resultados da pesquisa da produção do EnpeSS, além de mostrar a necessidade de investimento coletivo na investigação do envelhecimento, requisitam que esse debate ocorra numa perspectiva de totalidade social e que as determinações de classe, raça/etnia e gênero sejam tratadas de forma articulada, dando conta de desvelar as determinações que fazem com que, na realidade brasileira, sejam os/as trabalhadores/as negros/as os/as que compõem as principais expressões da “questão social” e a única proteção social de parte significativa dessa parcela da classe trabalhadora sejam justamente as políticas sociais da Assistência Social.

As pesquisas e indicadores sociais revelam que as condições de envelhecimento dos/as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

racionalmente discriminados/as distanciam-se do “[...] traçado das linhas que o tempo imprime ao corpo de uma mulher e de um homem na condição de ‘espécie’ que personifica o capital” e até mesmo do “[...] traçado das linhas que o tempo imprime ao corpo de uma mulher e de um homem na condição de ‘espécie’ que personifica o trabalho” (CAMPELO e PAIVA, 2014, p. 131). A compreensão de que o envelhecer de trabalhadoras/es negras/os é notabilizado “no ‘traçado, no corpo e na ‘alma’ de um homem e de uma mulher na condição de ‘espécie’ que personifica o trabalho’ aprofundado pelas determinações do racismo nas relações sociais de produção capitalistas (MARTINS, 2021) requisita um posicionamento profissional do Serviço Social compatível com o que o seu projeto ético-político estabelece. O desafio é reunir competência teórico-metodológica e compromisso ético-político a serviço da recusa à exploração/dominação de classe, de raça/etnia, de geração e de gênero.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS)
Apresentação ENPESS: 20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional – reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS. Ribeirão Preto, 2016. Disponível em:

<https://www.abepss.org.br/enpess/apresentacao-enpess-27>. Acesso em: 1 jul. 2024.

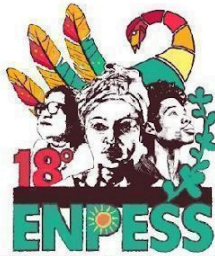
BELO, Isolda. **Prefácio.** In MUSTAFÀ, Maria Alexandra. Serviço social e gerontologia a proteção da pessoa idosa em tempos de pandemia. [recurso eletrônico]: Recife: Ed. UFPE, 2020.

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. **A Contribuição do Serviço Social Brasileiro ao Enfrentamento ao “Racismo e Ageísmo”:** um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos encontros nacionais de pesquisadores em serviço social realizados na segunda década do século XXI, Franca, 2022, 252f. Tese (Doutorado) – Unesp, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2022.

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. **Melhor idade para quem?** As novas terminologias para designação da velhice. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). Envelhecimento na sociabilidade do capital. Campinas: Papel Social, 2017a. Cap. 10. p. 113-128.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o estatuto da pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm. Acesso em: 16 ago. 2024.

BRASIL **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 17 ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888. **Lei Áurea**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, 1888. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 28 jul. 2024.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, Saúde e Trabalho no tempo do Capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Informativo do Conjunto CFESS-Cress**. 5. ed. Brasília: 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

Documento de Área – Área 32: Serviço Social. Brasília, 2019. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE) **Perfil das Pessoas Idosas com 60 anos ou mais**. 2021. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/outraspUBLICACOES/2021/graficoPerfil60AnosMais.html>. Acesso em: 16 ago. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **As dificuldades da população negra no mercado de trabalho. Especial 20 de novembro** – Dia da Consciência Negra. 2023. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>. Acesso em: 16 ago. 2024.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (Febrasgo). **Dia da Mulher Negra Latina Americana e Caribenha: desafios no acesso ao pré-natal para mulheres pretas e pardas**. 2024. Disponível em:

<https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/1918-dia-da-mulher-negra-latina-americana-e-caribenha-desafios-no-acesso-ao-pre-natal-para-mulheres-pretas-e-pardas>. Acesso em: 28 jul. 2024.

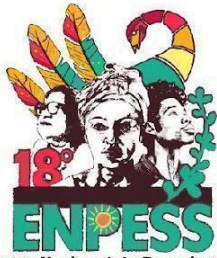
FERNANDES, Camila. **Envelhecimento e desigualdades raciais**: 2023. Disponível em:

<https://pp.nexojornal.com.br/bibliografia-basica/2023/09/26/envelhecimento-e-desigualdades-raciais> Acesso em: 27 jul. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário brasileiro de segurança pública 2024**. São Paulo: 2024

FREITAS, Tais Pereira de. **Tintas Pretas e Papéis Brancos: educadoras negras e emancipação**. 2015. 230 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015. Disponível em:
<https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/tese-tais-pereira-de-freitas-doutorado-servico-social.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

GOLDANI, Ana Maria. **"Ageísmo" no Brasil: o que significa? quem pratica? o que fazer com isto?**. Revista Brasileira de Estudos de População [online]. 2010, v. 27, n. 2.mpp. 385- 405. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000200009>>. Acesso em 18 ago. 2024.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. 2. ed. [livro eletrônico] São Paulo: Cortez, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua: Educação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília: Ipea, 2015.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Racismo, Questão Social e Envelhecimento: elementos para pensar a instrumentalidade do Serviço Social. In: CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social**. Recife: Edupe, 2021.

MATUMBI. Lazzo; PORTUGAL, Jorge. **14 de maio**. Álbum Lazzo Matumbi. Vol. 1, 2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/lazzo-matumbi/14-de-maio/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

MENEZES, Leilane. **Uma Chance de Envelhecer: os desafios para garantir longevidade à população negra**. Metrópoles, 2018. Disponível em: <https://www.metrolopes.com/materias/especiais/populacao-negra-enfrenta-desafios-para-garantir-longevidade>. Acesso em: 17 ago. 2024.

MOURA, Clóvis. **Racismo e luta de classes no Brasil: textos escolhidos de Clóvis Moura**. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório Global sobre Ageísmo. 2021. Disponível em <https://www.who.int/teams/social-determinants-of-health/demographic-change-and-healthy-ageing/combating-ageism/global-report-on-ageism>. Acesso em 18 ago. 2024

SILVA, Marcela Fernandes da, et al. **Ageísmo contra idosos no contexto da pandemia da covid-19: uma revisão integrativa**. Rev Saude Publica. 2021, pp. 1-14. Disponível http://www.rsp.fsp.usp.br/wp-content/uploads/articles_xml/1518-8787-rsp-55-4/1518-8787-rsp-55-4-pt.x34413.pdf. Acesso em 18 ago. 2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social